

Link:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrio/2023/04/proibicao-de-anabolizantes-para-fins-esteticos-divide-medicos.shtml>

Proibição de anabolizantes para fins estéticos divide médicos

CFM reforçam que não há uso seguro; pesquisador defende que proibição pode aumentar mercado paralelo

Desde segunda-feira (11), médicos brasileiros estão proibidos de receitar esteroides androgênicos e anabolizantes por finalidade estética, ganho de massa muscular ou melhora do desempenho esportivo. Também estão vetados cursos, eventos e qualquer tipo de publicidade que estimule o uso dos hormônios para esses fins. A regra passou a valer após uma resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) que autoriza a prescrição apenas em casos de deficiência hormonal comprovada.

A decisão veio após pressões de sociedades médicas que, em uma carta conjunta ao CFM, publicada em 27 de março, defenderam a regulamentação desse tipo de tratamento com base em evidências científicas. O texto, assinado por seis entidades, argumenta que, em meio à difusão dessas terapias na internet, é importante destacar os riscos por trás delas.

"O consumo de hormônios para fins estéticos têm crescido e se popularizado nas redes sociais. Mas não há estudos randomizados suficientes que atestem a segurança disso, nem mediante acompanhamento médico", diz a endocrinologista **Maria Augusta Karas Zella**, professora da Fempar (Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná).

Complicações cardíacas estão entre os riscos do uso, pontua o cardiologista Gustavo Lenci Marques, do Hospital Marcelino Champagnat, de Curitiba. Acúmulo de gordura nos vasos sanguíneos, hipertrofia do coração, hipertensão arterial, infarto e trombose são alguns dos problemas possíveis.

O paciente também corre risco de insuficiência hepática, disfunção erétil, diminuição da libido e até transtornos mentais, como depressão. "Como a maioria dos usuários é jovem, os danos de um tratamento assim a longo prazo são especialmente preocupantes", complementa Zella.

A médica Andressa Heimbecher Soares, doutora em Endocrinologia pela USP (Universidade de São Paulo), indica que nos casos de reposição hormonal há um equilíbrio a ser promovido. Já quando o medicamento é usado em pessoas saudáveis, o contrário pode acontecer e os riscos superam os ganhos.

"Homens e mulheres têm valores de referência para a quantidade de testosterona no organismo. Mas já vi casos graves de gente com um índice muito maior que a média considerada saudável por conta do uso de hormônios", afirma a endocrinologista.

Mas a proibição não é um consenso entre profissionais. O médico Lucas Caseri, doutorando pelo programa de Saúde Baseada em Evidências da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), encara a resolução do CFM como uma medida emergencial e pouco efetiva. Segundo o pesquisador, boa parte do mercado de esteroides anabolizantes funciona de forma paralela e proibir que médicos prescrevam a medicação tende a aumentar ainda mais essa rede ilegal.

"Não sou a favor do uso, mas quem toma anabolizante e não tem mais o acompanhamento de um médico vai acabar recorrendo a coaches e profissionais pouco qualificados que estão aos montes na internet. Além disso, tenderá a consumir produtos falsificados de modo ainda mais arriscado", justifica o médico.

Um estudo publicado em 2018 na Revista Brasileira de Ciências do Esporte mostrou que 63% dos usuários tinham acesso aos produtos por meio de amigos. A pesquisa associou o dado à oferta em larga escala do mercado ilícito. Em março, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) apreendeu lotes falsos de anabolizantes, trazendo à tona o debate sobre as falsificações.

Outro ponto levantado por Caseri diz respeito à hormonização de homens transexuais, que não entra na proibição. "Por que uma pessoa sem desequilíbrio hormonal não pode tomar o remédio porque faz mal, mas uma pessoa trans pode? Isso mostra o quanto a regra é parcial e deveria ser revista", questiona.

A médica Andressa Soares, por outro lado, argumenta que o caso de pessoas trans é específico e envolve uma equipe multidisciplinar integrada por ginecologista, urologista, psicólogo e outros especialistas, a fim de reduzir ao máximo qualquer dano. "É um processo complexo, que demanda um acompanhamento minucioso, além de um termo de consentimento. Então, não dá para comparar", diz.

A especialista considera importante a decisão do conselho pelo alerta que a medida traz. "É necessário mudar a ideia de que está tudo bem prescrever e consumir esse tipo de produto para fins estéticos. A resolução mexe nessa mentalidade", diz.